

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	9
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	10
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	11
10.5 - Políticas contábeis críticas	15
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	18
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	19
10.8 - Plano de Negócios	20
10.9 - Outros fatores com influência relevante	21

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO**

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado:

- i) **Risco de Taxa de Juros:** Consiste na possibilidade da Companhia incorrer em perdas em razão de flutuações da taxa de juros que impactam as despesas financeiras relativas a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC);
- ii) **Risco Cambial:** Consiste em possíveis perdas decorrentes do contrato indexado à moeda estrangeira e de obrigações assumidas relativas ao projeto SGDC; e
- ii) **Risco de Liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros no vencimento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO

5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotado pela companhia, seus objetivos, estratégias e instrumento

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta estão relacionados a riscos cambiais, taxa de juros e de liquidez.

Risco de Taxa de Juros: Consiste no risco da TELEBRAS contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado. As posições ativas da TELEBRAS, ou seja, os investimentos financeiros da empresa são mantidos em fundos de investimento extramercado, regidos pela Resolução Nº 3.284, de 25 de maio de 2005, e, eventualmente, em fundos exclusivos, estruturados com finalidades específicas.

Estes investimentos possuem riscos inerentes às volatilidades das taxas de juros, spreads de crédito dos títulos que compõem o índice de mercado Anbima (IMA).

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre do passivo cambial do Projeto SGDC ser impactado por flutuações nas taxas de câmbio, dado que uma parcela significativa desse passivo está estipulada em dólares americanos. Deve-se considerar que a TELEBRAS não possui receita em moeda diferente do Real, não sendo possível a realização de *hedge* natural da operação.

Em 2013 foi assinado o contrato com a Visiona International BV levando a TELEBRAS a exposição cambial, resultante das oscilações nos preços de moeda estrangeira (USD) no mercado spot, no mercado futuro e de volatilidade.

Risco de Liquidez: Consiste no risco da dinâmica do seu fluxo de caixa, o que é fortemente impactado pelos investimentos e pelos aportes de capital da União. As receitas da empresa ainda não são significativas de forma a garantir relativa estabilidade no caixa da empresa. Dessa forma, a companhia mantém seus investimentos em portfólio com alta liquidez. As disponibilidades da Companhia são acompanhadas diariamente pela Gerência Financeira e comunicada a todos os intervenientes do processo, de forma que a Diretoria acompanha regularmente a situação de caixa da empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3 - ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO**

5.3. EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, INDICAR ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE ESTAMOS EXPOSTOS OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS.

Encerramento do fundo de investimento exclusivo, em 2 de outubro de 2014, que tinha objetivo de hedge das exposições em moeda estrangeira.

Redução da exposição cambial, em função da liquidação financeira de obrigações, em us\$ 184,25 milhões.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE JULGAMOS RELEVANTES

Não existem outras informações relevantes sobre este item "5.4".

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Estrutura Patrimonial da Companhia está expressa nas principais rubricas das suas demonstrações financeiras, no seu relatório de administração e nas seguintes considerações.

Na avaliação da Diretoria, o desempenho geral da Telebras em 2014 atendeu satisfatoriamente às expectativas, apesar de o Resultado Operacional ter-se apresentado negativo.

Isso porque o ano de 2014 desafiou e comprovou a maturidade da Telebras sobre diversos aspectos, sobretudo pela qualidade da infraestrutura de telecomunicações que teve de ser disponibilizada para a prestação de serviços de transmissão de áudio e vídeo para a Copa do Mundo FIFA 2014, motivo dos merecidos comentários elogiosos dos mais diversos atores do mercado das telecomunicações no Brasil e no exterior. Não obstante, a Telebras continuou a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), conseguiu ampliar sua carteira de clientes corporativos e deu andamento aos seus projetos especiais, tudo em consonância com o Planejamento Estratégico da Companhia.

Quanto à estrutura de *backbone* e *backhaul*, a rede de fibras ópticas cresceu mais de 4,3 mil km, fruto da execução dos investimentos, colocando em operação 92 novas Estações e a cobertura de 412 municípios com a sua rede de telecomunicações.

O ano de 2014 encerrou com 183 contratos comerciais e termos de aditamentos assinados e mais de 30 Gbps de banda ativada. Isso representou um acréscimo de banda de cerca de 172% (cento e setenta e dois por cento) quando comparado ao ano de 2013 e consequentemente um aumento significativo na receita de serviços prestados, como se verá adiante. Deve-se destacar os contratos firmados com o Exército, com o Ministério das Comunicações e com diversas empresas para atendimento ao evento Copa do Mundo 2014. As solicitações de aumento de banda por parte dos clientes reafirmam a qualidade dos serviços prestados pela Telebras e consolidam a relação entre a Companhia e seus clientes.

No entanto, todas as ações e investimentos impactaram significativamente nos resultados da Companhia, com reflexos nos indicadores da sua Estrutura Patrimonial.

(i) **O Índice de Liquidez Corrente da Companhia**, que era 1,98 em 2013, apresentou queda em 2014, passando a 0,70, em virtude da diminuição do indicador de Equivalentes de Caixa (queda de 67,2%), que passou de R\$ 449.230 mil em 2013 para R\$ 147.218 mil em 2014, bem como o aumento na exigibilidade de curto prazo de 62,2%, com destaque para Conta de Fornecedores, cujo crescimento foi de 162,7%, passando de R\$ 121.950 mil em 2013, para R\$ 320.330 mil em 2014;

(ii) **O Índice de Liquidez Geral da Companhia** em 2014: 1,00. Era de 1,11 em 2013;

(iii) **O Índice de Endividamento da Empresa** (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Patrimônio Líquido), era de 9,06 em 2013 e passou para 9,92 em 2014, basicamente em virtude da Conta de Fornecedor e do crescimento dos Recursos para Aumento de Capital no Exigível a Longo Prazo;

(iv) **Outro indicador de endividamento, representado pelo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Ativo Total**, também reflete o aumento no grau de endividamento da empresa, pois em 2013 representava 90,1% e 100% em 2014. No entanto, excluindo-se os valores destinados ao aumento de capital, os dados apontam para um equilíbrio entre os graus de endividamento verificados nos exercícios de 2012 e 2013 e 2014 (56,75%, 54,27% e 55,8% respectivamente).

(v) **A Composição do Endividamento** (Passivo Circulante / Passivo Circulantes + Passivo Não Circulante) indica que houve uma pequena melhora no perfil do endividamento, passando de 0,27 em 2013 para 0,26 em 2014;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(vi) **O Ativo Total** (Bens e Direitos à Disposição da Companhia) teve evolução. Crescimento da ordem de 56,3% em relação a 2013. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador e de resultados auferidos com as aplicações financeiras dos recursos disponíveis no mercado financeiro.

Ressalte-se que, enquanto os itens do Ativo Não Circulante apresentaram evolução da ordem de 151,6%, o Ativo Circulante apresentou decréscimo de 43,1%, refletindo a transferência de recursos desse grupo para o do Imobilizado, que apresentou evolução da ordem de 191,6% no exercício, em outras palavras, a redução dos valores de liquidez imediata ensejou o aumento significativo dos ativos de expansão da rede de telecomunicações da Telebras.

Essa evolução do Imobilizado, que já representa 67,6% do total do Ativo da Telebras, demonstra, ano a ano, a evolução da curva de maturidade na gestão dos investimentos da Companhia, visando à consecução dos seus objetivos institucionais. Vale lembrar que o Imobilizado representava 67,63% do total do Ativo em 2014, sendo que em 2013 representava 36,2%. Como se disse em anos anteriores, esse aumento está em consonância com os objetivos institucionais da Companhia e refletem o seu empenhado esforço em direcionar os recursos disponíveis para a realização de investimentos, tendo por objetivo consolidar e rentabilizar sua rede de telecomunicações.

O Passivo Circulante apresentou aumento de 62,2% no período, em decorrência principalmente da majoração em Fornecedores que apresentou crescimento de 162,7% em relação a 2013. Já o Passivo Não Circulante apresentou um aumento de 77,5% por conta basicamente da obrigação da Companhia para com o Acionista Controlador, obrigação essa que será convertida em futuro aumento de capital. Ainda dentro do Passivo Não Circulante, a empresa realizou a captação de financiamento junto a FINEP – Inovação e Pesquisa –, no valor de R\$ 240 milhões, para aplicação no projeto SGCD – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica –, o que contribuiu para o seu crescimento. Do valor total do financiamento, foi recebida em 2014 a primeira parcela no valor de R\$ 103.363 mil.

A redução do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior decorre do prejuízo apurado neste ano, que foi de R\$ 117.358 mil.

O aumento significativo dos custos dos serviços prestados é consequência dos custos associados à manutenção do *Backbone* (rede de fibra óptica de longa distância) existente e ampliado em 2014, representado também pelo aumento das despesas relativas ao aluguel de infraestruturas, depreciação, custos com operação e manutenção de rede, que deve ser rentabilizada no decorrer de 2015 e em exercícios seguintes, com vistas à ampliação do faturamento. Dentro do contexto operacional da Companhia, as despesas administrativas estão consentâneas com as necessidades de expansão.

Há que se ressaltar, por fim, os números relativos às receitas operacionais, que devem ser analisados tendo-se em vista dois cenários distintos. Em números absolutos, apresentaram queda em relação ao exercício anterior da ordem de 26,4%. Ocorre que, em 2013, foi computada a receita proveniente dos serviços prestados quando da Copa das Confederações (aproximadamente R\$ 30 milhões), enquanto que o faturamento relativo à Copa do Mundo pode ser observado através dos números da controlada Telebras Copa. Se, no entanto, observar-se as receitas operacionais perenes, isto é, aquelas decorrentes de contratos com clientes, excetuados os valores provenientes de dois contratos episódicos (Copa das Confederações e Copa do Mundo), tem-se um cenário de evolução consistente nos últimos três anos. Pode-se observar que o faturamento de 2014 representa mais que o dobro do faturamento de 2013, que, por sua vez, também representou mais que o triplo do faturamento verificado em 2012.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

(i) hipóteses de resgate:

Não há hipótese de resgate das ações representativas do capital social.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:**

Como não houve hipótese de resgate das ações, não há o que se informar a respeito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

O volume de recursos alocados no item Caixa e Equivalentes corresponde a 31% do que é necessário para a cobertura dos compromissos assumidos de curto prazo.

Os indicadores de endividamento e o perfil da dívida são consequência dos investimentos realizados.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A exemplo de anos anteriores, como fonte de financiamento de seu capital de giro, bem como para os seus investimentos, no exercício de 2014, a Telebras contou com recursos transferidos pelo Acionista Controlador (União) para futuro aumento de capital, bem como o financiamento mencionado acima (item a). Há previsão de recebimento da segunda parcela do financiamento da FINEP e de mais aportes de capital do Acionista Controlador para o exercício de 2015.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Empresa já conta com recursos aplicados no mercado financeiro, que garantem parte da cobertura dos investimentos compromissados. Será necessário (i) ou captar mais recursos para financiamento ou (ii) aporte de capital do Acionista Controlador.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Segue quadro com os principais números relativos ao Ativo e a Passivo Total, assim detalhados.

Em milhões

Rubricas	Exercícios Findos em:						
	2014			2013			2012
	Valor	AV%	AH%	Valor	AV%	AH%	Valor
Ativo Circulante	326,9	17,8	-43,1	574,3	49,0	-10,5	641,3
Ativo Não Circulante	1.506,5	82,2	151,6	598,7	51,0	73,3	345,5
Imobilizado	1.240,1	67,6	191,6	425,2	37,4	103,1	216,2
Ativo Total	1.833,5	100,0	56,3	1.173,1	100,0	18,8	986,8
Passivo Circulante	469,7	25,6	62,2	289,5	27,4	60,3	180,6
Passivo Não Circulante	1.361,9	74,3	77,5	767,0	72,6	75,4	543,7
Passivo Exigível	1.831,6	100,0	73,4	1.056,5	100,0	41,1	724,3
Patrimônio Líquido	1,9	0,1	-98,4	116,6	9,9	-54,6	262,5
Passivo Total	1.833,5	100,0	56,3	1.173,1	100,0	18,8	986,8

Análise Vertical (AV) = Participação percentual em relação ao agregado superior. Análise Horizontal

(AH) = Evolução % em relação ao ano anterior.

(i). contratos de empréstimo e financiamento relevantes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia realizou a captação de financiamento junto a FINEP –Inovação e Pesquisa–, no valor de R\$ 240 milhões, para aplicação no Projeto SGCD – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica, dos quais R\$ 103.363 mil ingressaram na conta da Companhia em 2014. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do spread 3% (três por cento) ao ano. O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15/12/2017 e a última em 15/12/2024.

(ii). outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há nenhum outro recurso recebido por empréstimo de qualquer instituição financeira.

(iii). grau de subordinação entre as dívidas

Vide quadro do item “f”.

(iv). eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Limites de endividamento: Estatutariamente, vencidas as regras de governança, não há restrições para o endividamento da Companhia, contudo o orçamento aprovado pelo Acionista Controlador impõe limites para a hipótese de captação de recursos junto ao mercado financeiro, que deve seguir as regras estabelecidas no orçamento das empresas estatais.

Distribuição de Dividendos: A Telebras segue o estabelecido no seu Estatuto Social, qual seja, a distribuição a título de dividendos a partir do resultado positivo do exercício somente será possível após o abatimento dos prejuízos e provisões para imposto de renda e a constituição da reserva legal. Primeiramente, são atribuídos os dividendos às ações preferenciais. Em seguida, são atribuídos às ações ordinárias, na proporção das ações emitidas. Se ainda houver saldos remanescentes que permitam distribuições, são atribuídos aos acionistas ordinaristas e preferencialistas em igualdade de condições. Em função do que dispõe o Art. 55 do seu Estatuto Social, diante do resultado apurado no exercício de 2014, não há dividendos a serem distribuídos, tampouco lucro para abater prejuízos acumulados.

Alienação de ativos: Exceto as legais, não há restrições impostas, embora não tenha havido alienação de ativos no exercício de 2014.

Emissão de novos valores mobiliários: A Companhia segue as determinações do seu Estatuto Social, em seus artigos 8º, 9º e 10º, e orientações da União, que estabelecem os limites dessa forma de captação de recursos junto ao mercado de capitais, desde que consignada no orçamento anual da Companhia e aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST. Em 2014, não houve emissão de novos valores mobiliários.

Alienação de Controle Acionário: O Estatuto Social da Companhia não prevê esta modalidade, contudo a alienação, tal como ocorre com as alienações de ativos, deve ser alvo de oferta pública ao mercado, após aprovação pelo Acionista Controlador e pela Assembleia Geral.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

O uso dos recursos provenientes do financiamento já contratado é exclusivo para o projeto SGDC, objeto do respectivo contrato (programa estratégico de inovação - PEI).

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Alterações informadas nos itens 10.1 “a” e 10.1. “f”.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO****10.2. Comentários dos diretores sobre:****a. Resultados das operações da Companhia**

Há que se ressaltar, por fim, os números relativos às receitas operacionais, que devem ser analisados tendo-se em vista dois cenários distintos. Em números absolutos, apresentaram queda em relação ao exercício anterior da ordem de 26,4%. Ocorre que, em 2013, foi computada a receita proveniente dos serviços prestados quando da Copa das Confederações (aproximadamente R\$ 30 milhões), enquanto que o faturamento relativo à Copa do Mundo pode ser observado através dos números da controlada Telebras Copa. Se, no entanto, observar-se as receitas operacionais perenes, isto é, aquelas decorrentes de contratos com clientes, excetuados os valores provenientes de dois contratos episódicos (Copa das Confederações e Copa do Mundo), tem-se um cenário de evolução consistente nos últimos três anos. Pode-se observar que o faturamento de 2014 representa mais que o dobro do faturamento de 2013, que, por sua vez, também representou mais que o triplo do faturamento verificado em 2012.

Em virtude da correção dos aportes do Acionista Controlador e da correção das contingências, o resultado financeiro foi negativo.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Não se verificaram essas variações no exercício.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No que diz respeito ao resultado operacional, os contratos de fornecimento de insumos, bem como o de prestação de serviços são reajustados por indexadores oficiais, recompondo eventuais perdas inflacionárias. Ainda a respeito do resultado operacional, a Companhia não foi afetada por efeitos da variação cambial.

Os efeitos da taxa de juros, da inflação e dos adiantamentos para futuro aumento de capital do Acionista Controlador, estes por serem atualizados pela taxa SELIC, contribuíram decisivamente para o resultado financeiro negativo.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3. EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da companhia:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício de 2014, não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2014, não houve a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Em 2014, não houve a realização de operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS – RESSALVAS E ÊNFASES NO PARECER DO AUDITOR****10.4. Comentários dos diretores sobre:****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis 2014, 2013 e 2012.**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, examinadas por auditores independentes, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2014.

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 2014 em relação a 2013, tampouco em relação a 2012.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2012, 2013 e 2014.

A Companhia e sua Controlada mantêm práticas contábeis uniformes.

c. Ressalvas a ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2014:**Ênfases**

Demonstrações Individuais -Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, letra "b", as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. No caso da empresa TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS., essas práticas diferem da IFRS, aplicável as demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Tributos a Recuperar - Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS possui registrado, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 154.634 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Compõem também este valor R\$ 12.147 mil referente a ICMS que a empresa não vem aproveitando em virtude da não parametrização no SAP do controle fiscal do CIAP, assim por decisão da diretoria, pelo fato do tempo para aproveitamento estar quase prescrevendo o valor foi incorporado ao custo do imobilizado, em consonância à orientação do CPC 27, que diz que os tributos não recuperáveis integram o valor do bem.

Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu a empresa VT UM PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 115.761 mil. O referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos - Conforme descrito na nota explicativa nº 10.2, "a", a TELEBRAS efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A. Em 31.12.2014, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 27.406 (R\$ 1.985 em 31/12/2013). As Demonstrações Contábeis da Coligada foram revisadas pela empresa KPMG Auditores

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Independentes.

A TELEBRAS divulga nessa mesma nota explicativa, letra “b”, que em 07/02/2013, foi constituída a empresa TELEBRAS COPA S.A. como subsidiária integral da TELEBRAS, com a finalidade específica de prestação de serviços nos eventos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014; e com funcionamento previsto por tempo determinado, desde sua criação até o término dos dois eventos. No entanto, conforme nota explicativa nº 1.2, letra “a”, ocorre que, do ponto de vista da Controlada, os eventos ainda não terminaram, em virtude de possuir direitos a receber, discutidos administrativamente, portanto, o seu encerramento ainda não foi efetivado. As Atas da 1ª (primeira) Assembleia Geral Ordinária de Acionista (AGO) e da 1ª (primeira) Assembleia Geral Extraordinária de Acionista (AGE) de 31/10/2014, justamente pelo que aqui fica esclarecido, introduziram alteração do artigo 2º do seu Estatuto Social, que trata da “Duração da Sociedade”. Uma vez encerrada, a Controlada será incorporada pela Companhia, o que deve acontecer ainda em 2015. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Imobilizado -A Companhia divulga em nota explicativa nº 3.7 e 10.3 que os bens do Ativo Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição. Como evento subsequente, a Companhia elaborou a Nota Técnica nº 010/2015 esclarecendo a respeito das premissas de reconhecimento dos bens constantes do Ativo Imobilizado, bem como, critérios de depreciação e determinação de valor recuperável, que deverá ser revisto no exercício de 2015, em razão dos bens terem entrado efetivamente em operação em 01/01/2014. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Recursos Capitalizáveis - Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, o saldo de R\$ 807.740 mil (R\$ 419.872 em 31/dez./13), corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

d. Ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2013:

Ênfases

Tributos a Recuperar: Conforme mencionado na nota explicativa nº VII, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS possui registrado, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$129.331 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Procedimento ocorrido no período permitiu a compensação de R\$18.970 mil, relativos a débitos tributários referentes ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social e Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre aplicação financeira. Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$115.761 mil. O referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Vide informações na Nota Explicativa nº XVI. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos: Conforme descrito na nota explicativa nº XI, “a”, 1, a TELEBRAS efetuou o pagamento de R\$3.430 mil, em 2013, referentes ao restante da integralização de sua participação no capital da Visiona Tecnologia Espacial S.A do total subscrito de R\$4.900 mil, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo que o restante de 51% pertence à parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31/12/2013, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$1.985 mil, devido à perda com equivalência patrimonial, motivada pelos gastos iniciais de constituição e por despesas apropriadas. A perda de R\$2.540 mil foi reconhecida no resultado e ajustada pelo lucro não realizado em operações entre a Coligada e a Companhia. As Demonstrações Contábeis da coligada foram auditadas por outros auditores independentes (KPMG – Auditores Independentes). Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A TELEBRAS divulga nessa mesma nota explicativa, letra “a”, 2, que em 07/02/2013, foi constituída a empresa TELEBRAS COPA S.A. como subsidiária integral da TELEBRAS, com a finalidade específica de prestação de serviços nos eventos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014. Nesta data, foi realizada a integralização inicial de seu capital, no valor de R\$10 mil, correspondentes a 10% do capital total, de R\$100 mil. A Companhia integralizou, em 20/06/2013, os R\$90 mil restantes de sua participação no capital da TELEBRAS COPA S.A., totalizando 100% de sua participação no capital subscrito da subsidiária integral. Em 31/12/2013, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$1.822 mil, devido ao ganho líquido com equivalência patrimonial, motivada por faturamento resultante de prestação de serviços de telecomunicações quando da Copa das Confederações, realizada em julho de 2013, que está representado no resultado da empresa em 31/12/2013. As Demonstrações Contábeis da Controlada foram por nós revisadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou a consolidação de suas demonstrações contábeis individuais com as demonstrações contábeis de sua Controlada, TELEBRAS COPA S.A.

Programa de indenização por serviços prestados (PISP): No decorrer de 2013, a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa, a Companhia complementou sua provisão, que apresenta o saldo no passivo circulante de R\$ 43.297 em 31/12/2013 (R\$ 11.843, em 31/12/2012).

No exercício de 2013, para os colaboradores em exercício na TELEBRAS, foi registrado no resultado o valor de R\$ 20.341 (R\$ 9.381 em 2012). Os valores correspondentes aos empregados cedidos à ANATEL e outros órgãos estão registrados em Outros Ativos Realizáveis. Vide Nota Explicativa X. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis: Conforme mencionado na nota explicativa nº XVII, o saldo de R\$419.872 mil em 31 de dezembro de 2013, corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Aumento de capital: Conforme mencionado na nota explicativa nº XVIII, letra “a”, em 4/07/2012 foi homologado pela 94ª AGE, o aumento do capital social de R\$419.455 mil para R\$719.455 mil, aprovado pela 93ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 4 de abril de 2012, com a emissão de 8.743.806 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 28/06/2013 foi homologado pela 96ª A.G.E., a redução do capital social mediante amortização integral dos prejuízos acumulados, no valor de R\$456.309 mil. Como resultado da redução, o capital subscrito e integralizado passou de R\$719.455 mil, em 31/12/2012, para R\$263.145 mil em 31/12/2013. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Planos de benefícios pós-emprego: A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28/12/1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, a qual foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13/01/2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de Entidade Multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “Plano PBS - A” e “Planos de Patrocinadoras”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1º/02/2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

1. PBS – A: É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31/01/2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras, posição com a qual a TELEBRAS não concorda, conforme Comunicados ao Mercado, de 10 e 13 de Dezembro de 2013, enviados à CVM.

2. PBS – TELEBRAS: É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31/01/2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26/9/2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24/4/2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um Capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

Em 31/12/2013, o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes. Cabe ressaltar que a Diretoria da TELEBRAS, aprovou a proposta de modificação do regulamento do Plano PBS como patrocinadora, com ressalvas e sugestões, visando permitir a distribuição de superávit referente ao exercício de 2009 aos participantes e às patrocinadoras, processo ainda não concluído em 31.12.2013.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELA COMPANHIA (INCLUSIVE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS):

Resumo das principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente, por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as sociedades de economia mista da Administração Federal. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço 2014, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extramercado de renda fixa, em Títulos do Tesouro Nacional e CDB/RDB de emissão do Banco do Brasil e em Fundo de Investimento I Multimercado, destinados a acolher investimentos exclusivamente de pessoa jurídica integrante da Administração Federal Indireta, cuja carteira do Fundo é composta por títulos federais, em operações finais e/ou compromissadas e operações em mercados derivativos que serão utilizados para proteção, posicionamento e/ou alavancagem de sua carteira.

b. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar correspondem, na sua quase totalidade, ao saldo do imposto de renda pago a maior, imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras e outros, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação.

c. Imposto de renda e contribuição social

A partir do exercício de 1998, a Companhia deixou de efetuar registros contábeis dos ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, dada a incerteza de suas recuperações futuras, ocasionada pelo processo de desestatização e a iminência de liquidação da então *holding* do Sistema Telebras. A Companhia voltará a registrar contabilmente tais ativos em função do normal cumprimento de suas novas atividades. O Imposto de Renda e a Contribuição Social serão calculados com base em suas alíquotas efetivas sobre eventual lucro real e deverá considerar a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real, nos termos da lei.

d. Ativos realizáveis - créditos

Estão representados preponderantemente por (i) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não reconhecidos como despesas na Companhia e sim como um direito a receber e (ii) aplicações em ações de companhias abertas e títulos do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, avaliadas pelo valor de mercado, conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

e. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor provável de realização na data do Balanço.

f. Investimentos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os investimentos em empresas controladas e coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são contabilizados no Balanço Patrimonial ao custo de aquisição. Os ganhos e perdas não realizados em transações com a controlada e a Companhia são eliminados proporcionalmente à participação nestas empresas. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada e da coligada.

g. Redução do valor recuperável dos ativos

Analisados individualmente, a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2014.

h. Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição.

A depreciação dos ativos é calculada mensalmente a partir da data de incorporação, considerando a atribuição de vida útil determinada pelas classes de ativo. As classes de ativo foram organizadas obedecendo à utilização de cada classe de propriedade, considerando que a orientação de registrar o valor de um equipamento ou instalação no patrimônio da Companhia deve ser decorrência de sua vida útil economicamente produtiva.

Não obstante, a Telebras concluiu o processo de levantamento e adequação de seu imobilizado, possibilitando torná-lo aderente às normas específicas do setor de telecomunicações.

i. Intangível

Refere-se a direitos de uso de *software* e a licenças regulatórias. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. As licenças regulatórias são amortizadas pelo seu prazo de vigência, contratado junto ao Órgão Regulador. A amortização dos direitos de uso de *software* é calculada pelo método linear, baseado em projeções de benefícios econômicos futuros e não supera o prazo de cinco anos. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

j. Provisões e obrigações trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, a partir do qual é provável saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada do montante dessa obrigação.

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais.

k. Provisões para contingências

A Companhia é parte em demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e societária, tendo sido constituída provisão contábil em relação a essas demandas, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base nas opiniões da Administração da Companhia, de seus consultores jurídicos, experiências passadas e jurisprudências atualizadas. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na Nota Explicativa nº 14 ao Balanço.

l. Planos de benefícios pós-emprego

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. Decorrentes de imposição legal, tais itens são tratados pelas respectivas notas explicativas que

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

explicitam os números das demonstrações financeiras.

m. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do Balanço.

n. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

o. Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais, encargos sobre obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

p. Resultado líquido por ação e valor patrimonial por ação – VPA por unidade de ações

Em 31/12/2014 e 31/12/2013 o Resultado Líquido por Ação e o Valor Patrimonial por Ação - VPA por Unidade de Ações foram calculados com base no número de ações em circulação na data do Balanço Patrimonial, sendo 97.437.783 (líquida de 1.936 ações em tesouraria) ações ordinárias e 21.002.999 ações preferenciais, totalizando 118.440.782 ações.

q. Demonstração dos fluxos de caixa – DFC - e Demonstração do valor adicionado – DVA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 e reflete as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC 09 – DVA. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis Individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – DVA. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa); pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento de aquisição e os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos); pelas retenções (encargos de depreciação e provisão para contingências) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, governo (tributos), remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. CONTROLES INTERNOS RELATIVOS À ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – GRAU DE EFICIÊNCIA E DEFICIÊNCIA E RECOMENDAÇÕES PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR****10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Fatos e Atos Relevantes; (ii) Relatórios Anuais; (iii) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (iv) sua página na internet; e (v) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

Parte também integrante deste esforço, desenvolve-se eficaz programa de *compliance*, que está calcado em medidas estruturantes, organizacionais e preventivas, tais como o cumprimento estrito do Planejamento Estratégico da Companhia, o aperfeiçoamento da construção da rede da Telebras e da respectiva infraestrutura de telecomunicações, a realização de mapeamento e revisão dos processos e normativos internos, fortalecimento da segurança da informação, aquisição e implantação de adequadas soluções de informática, implantação de ferramentas de acompanhamento das decisões e determinações tomadas pela Diretoria Executiva, ações concretas para a melhoria da eficiência operacional nas aquisições e estrita observância às recomendações dos órgãos de controle.

No entanto, no ano 2014, segundo os comunicados feitos à CVM, a Telebras deixou de apresentar ao mercado as informações trimestrais em função do processo de implantação do seu sistema integrado de gestão. Superada as dificuldades, os três ITRs de 2014 foram inseridos no *site* da CVM respectivamente em 19/02/2015, 26/02/2015 e 09/03/2015. Com a introdução do novo Sistema, a Companhia passou a contar com registros contábeis em níveis ainda mais elevados de segurança, rastreabilidade e confiabilidade. Apesar dos expressivos objetivos alcançados em 2014, mercê da atuação denodada de seus colaboradores, a conclusão do processo de implantação do SAP ainda continuará exigindo o constante comprometimento de todos.

Por tais motivos, a Administração concluiu pela eficácia do ambiente de controle da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os Auditores Independentes não apontaram deficiências ou recomendações.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO E EVENTUAIS DESVIOS**

10.7. Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica, já que a Companhia não promoveu ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, conforme descrito na alínea "a".

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pelo mesmo motivo descrito na alínea "a".

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da companhia:**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam devidamente registrados e avaliados em seu Balanço Patrimonial 2014

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.